

## **CLASSE HOSPITALAR: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PEDAGOGOS EM AMBIENTES HOSPITALARES**

Gabriel da Silva Barbosa<sup>1</sup>, Naiana Sousa de Morais Lima<sup>1</sup>, Luciana Alves de Oliveira<sup>2</sup>, Maria Carolina da Silva Lima<sup>3</sup>, Hilda Mara Lopes Araújo

Universidade Federal do Piauí- UFPI Campus Ministro Petrônio Portella/ <http://www.ufpi.br/>

**Resumo:** O trabalho em destaque, CLASSE HOSPITALAR: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PEDAGOGOS EM AMBIENTES HOSPITALARES. Discute a seguinte questão: Quais práticas pedagógicas são efetivamente desenvolvidas nas Classes Hospitalares? Tal pergunta circundou a elaboração de nosso objetivo geral, sendo, analisar a prática pedagógica do Pedagogo em ambiente Hospitalar o que nos encaminhou em identificar também, como são reconhecidas legalmente as classes hospitalares. Portanto, considerando nossos objetivos, organizamos o trabalho que se segue, com o intuito de esclarecer a singularidade do espaço educacional hospitalar, em especial, as práticas pedagógicas ali exercidas por profissionais que assumem a problemática do exercício educativo em contexto hospitalar, no qual desenvolvem atividades que consideram não somente o aspecto da inserção social do sujeito que a educação proporciona, mas também o desafio de refletir acerca da especificidade subjetiva de concretizar as atividades de cuidar, alegrar, educar, formar e reinserir quem, em sua particularidade, necessita de tratamento médico contínuo, características essas evidenciadas em nossa pesquisa.

**Palavras-chave:** Classes hospitalares, Práticas Pedagógicas, Pedagogo.

### **Introdução**

O trabalho em destaque surgiu por meio projeto apresentado ao Programa de Iniciação Científica Voluntária – ICV UFPI, Espaços de atuação do Pedagogo: o escolar e o não escolar, tendo como plano de trabalho em questão, Classe Hospitalar: a prática pedagógica do Pedagogo no ambiente hospitalar. Diante do tema proposto partimos da seguinte questão: Quais práticas pedagógicas são efetivamente desenvolvidas nas Classes Hospitalares?. Depreendendo como objetivo geral, analisar a prática pedagógica do Pedagogo em ambiente Hospitalar, o que nos encaminhou em identificar, como objetivos específicos: Verificar como são reconhecidas legalmente as classes hospitalares; Compreender a natureza e o papel do trabalho educativo realizado em hospitais e sua relação com a identidade do pedagogo; Verificar os espaços em que acontecem os processos educativos hospitalares, além de descrever e analisar como se dá o processo de elaboração das atividades educativas no contexto hospitalar.

Nesse sentido, esclarecemos que a Pedagogia Hospitalar tornou-se uma importante ferramenta para a recuperação de crianças e adolescentes hospitalizadas. Por isso, é imprescindível que a sociedade tenha um olhar crítico para a questão, pois os indivíduos

hospitalizados precisam de uma qualidade de vida, com isso, requer um cuidado especial e atendimento individualizado. Enfatiza-se que o hospital passa a ser, dessa forma, um lugar de atuação do pedagogo contemporâneo, cabendo a este buscar alternativas que possibilitem a continuação do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças e dos adolescentes que estão fora do ambiente escolar (MATOS; MUGIATTI, 2009). Tornando assim indispensável à investigação das práticas pedagógicas por estes desenvolvidas de forma a compreender os alicerces, desafios, e dificuldades encontrados neste processo, pois com base nos estudos desenvolvidos por Eneida Simões “cinquenta e nove por cento das classes hospitalares atendem crianças na faixa etária entre 6 e 12 anos” (2002, pág. 211). Fazendo assim com que nossa pesquisa preocupe-se de forma particular pelas contribuições desse trabalho para as crianças envolvidas no processo. Eneida Simões complementa que “apenas 31% destes espaços possuem espaço físico permanente ou exclusivo para funcionamento da classe hospitalar” (2002, pág. 207). Tomando como referência estes dados, verificamos nossa realidade local, considerando à adequação de espaços para realização deste atendimento além de analisarmos a prática pedagógica desenvolvida por pedagogos no contexto hospitalar considerando que esse aprendizado contribuíra para a construção da identidade como profissional pedagogo.

Nesse sentido, destacamos que o Ministério da Educação e do Desporto no ano de 1994, através da Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEESP, 1994), descreve Classe hospitalar como “o atendimento pedagógico educacional de alunos que, em razão de tratamento de uma enfermidade, estejam hospitalizados” (BRASIL, 2002). Mas a compreensão desta prática educativa vem acompanhada da necessidade de observar e detalhar os processos que se envolvem na elaboração, execução e acompanhamento destas atividades, uma vez que “A condição da aprendizagem, em situação que difere do cotidiano de uma escola formal, requer uma visão mais ampla do profissional” (MATOS, 2014, p. 115).

Considerando o exposto acima, organizamos o trabalho que se segue, com o intuito de esclarecer a singularidade do espaço educacional hospitalar, em especial, as práticas pedagógicas ali exercidas por profissionais que assumem a problemática do exercício educativo em contexto hospitalar, no qual desenvolvem atividades que consideram não somente o aspecto da inserção social do sujeito que a educação proporciona, mais também o desafio de refletir acerca da especificidade subjetiva de concretizar as atividades de cuidar, alegrar, educar, formar e reinserir quem, em sua particularidade, necessita de tratamento médico contínuo. Neste sentido, os resultados obtidos pela experiência de pesquisa realizada na ala feminina do hospital

São Marcos, permitiram a criação da linha de análise entre o suporte normativo e a realidade social.

## **Metodologia**

Os posicionamentos e posturas de todo e qualquer pesquisador ao realizar indiscriminado trabalho, define uma linha metodológica de pesquisa, e considerando a variedade de dimensões e fatores que envolvem o presente trabalho, o mesmo caracteriza-se nos moldes da abordagem qualitativa, que segundo Flick “consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção do conhecimento” (2009, p.25) além de considerar que “A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa”, (2009, pág.25).

Nesse sentido, adotamos a escrita de cunho explicativo e dedutivo, explicitando as etapas e processos metodológicos planejados e efetivados ao longo da pesquisa, além de definirmos em fase de planejamento, a escolha do diário de bordo, entrevistas semiestruturadas, e observação direta como ferramentas de pesquisa para obtenção de dados que, afirmem ou controvertam o escritos teóricos e as normativas legais, os mesmos foram acertados, uma vez que, possibilitaram a absorção de uma boa quantidade de informações indispensáveis para a criação da visão horizontalizada das classes hospitalares.

O locus de pesquisa foi a ala feminina do Hospital São Marcos, localizado na capital do estado do Piauí, Teresina. A rede feminina nacional de combate ao câncer, nomenclatura utilizada, atende crianças em tratamento oncológico a mais de 25 anos, atuando como Organização Não Governamental (ONG), e atua no acompanhamento integral a criança oferecendo todos os aspectos necessários para o desenvolvimento da dignidade cidadã, como acolhimento, tratamento médico e acompanhamento educacional.

Ressalta-se que, durante a realização das entrevistas, ficou claro, conforme exposto pelo corpo profissional, que as atividades educacionais realizadas ali, são executadas por profissionais pedagogos voluntários, que dedicam uma fração de seu tempo, para proporcionar momentos de recreação e alegria as crianças, sendo, estas atividades supervisionadas continuamente pelo efetivo profissional permanente da rede feminina, posicionando-se como os responsáveis pela averiguação da real possibilidade do desenvolvimento das atividades

propostas pelos pedagogos, ao relacionar a atividade proposta, com o estado físico e mental das crianças e adolescentes.

No que concerne ao exposto pelos pedagogos entrevistados, observou-se o consenso no que se refere a composição das atividades educacionais propostas, uma vez que, foi unanime a avaliação das atividades a que tivemos acesso e a fala dos mesmos, que todas possuíam grau de flexibilidade acentuado, possibilitando integração dos diferentes níveis educacionais e singulares das crianças.

Cabe, nesse momento, ressaltar que, como é sabido, somente o anseio subjetivo não proporciona a realização do resultado esperado, e nesse momento as informações obtidas por meio do diário de bordo, que encontrava-se como instrumento metodológico de pesquisa para observação da estrutura dos espaços em que as atividades educacionais são realizadas, e a observação direta, que em sua ideia principal, permitiu a identificação da concretização das atividades propostas pelos pedagogos, mostraram que, mesmo atuando com planejamento e compromisso, a falta de estrutura adequada, por motivo financeiro e por vezes por impossibilidade de alteração do ambiente reservado a tratamento de enfermidade, dificulta e limita o trabalho ali exercido.

## **Resultados e Discussão**

uma vez que a Constituição Federal de 1998, artigo 205, preconiza que:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Tal normativa, insere-se, mesmo que de forma genérica, como primeiro marco legal que permite o surgimento e a efetiva existência do atendimento educacional em contextos hospitalares, mas como bem sabemos, a generalidade jurídica não atende as necessidades e anseios sociais, e com isso, surge em 1994 a chamada classe hospitalar, reconhecida como “o atendimento pedagógico educacional de alunos que, em razão de tratamento de uma enfermidade, estejam hospitalizados” (BRASIL, 1994). Além destes, reforçando o suporte normativo, no ano seguinte, surge a Resolução n. 41 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), definindo que, no que se refere aos direitos das

crianças hospitalizadas, que estas possuem “Direito a desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do curriculum escolar, durante sua permanência hospitalar” (CONANDA, 1990). Portanto, a seguir como estes processos acontecem na prática.

Nesse sentido, consideramos as afirmações de Ortiz e Freitas ao expressarem que:

[...] Falar em escola no hospital veicula uma aparência de normalidade na anormalidade. A situação de enfermidade dilui-se na tentativa de tornar bom o desagradável. A intervenção educacional hospitalar assume um risco de insinuar a existência do mundo extra-hospitalar – a escola como agenciadora de processos de aquisição de aprendizagem, desenvolvimento de competências e interação entre seus pares, compondo um novo quadro de qualidade de vida, encruzando sentidos e construindo para ressignificar o adoecimento (ORTIZ; FREITAS, 2005, p. 42).

Tal afirmativa recebe complemento em Silva e Rodrigues, que descrevem a respeito das classes a seguinte afirmativa:

[..]sua função é resgatar o brincar e a alegria de viver dessas crianças e adolescentes hospitalizados, ajudando-os a compreender a necessidade de hospitalização, tornando menos doloridos os procedimentos utilizados em seu tratamento, auxiliando ainda, na recuperação da autoestima e equilíbrio, diante de um ambiente indesejado, porém, necessário (SILVA ; RODRIGUES, 2017, p. 02).

Diante do exposto correlacionando-o a vivência da pesquisa, tornou-se possível a compreensão que o efetivo trabalho pedagógico em contextos hospitalares, envolve uma grande variedade de fatores, e que, a prática pedagógica do pedagogo neste espaço, tem em sua fase construtiva e prática, influência dos meios que participam do reconhecimento e existência das classes hospitalares, uma vez que observados os suportes normativos, os mesmos mostram-se insuficientes para cumprir o que o mesmo determina, além disto, na vivência cotidiana das classes hospitalares, o compromisso assumido e o preparo formativo e subjetivo mostram-se como parcela fundamental do exercício ao direito a Educação em contexto hospitalar, uma vez que a preparação estrutural dos hospitais envolvem aspectos não surpreendentes como a falta de recursos e suas limitações estruturais, mas também compromisso dos órgão competentes como Prefeituras, Estados e União a fim de tornar agradável e adequado os ambientes educacionais hospitalares.

Durante o exercício da pesquisa, percebeu-se ainda, que a inserção do pedagogo em contexto hospitalar, surge e concretiza-se por meio de uma intenção pessoal, uma vez que não observamos de forma consistente o incentivo a formação especializada para atuação nas classes

hospitalares, e, válido ainda é ressaltar que a permanência nesta área caracteriza-se no discurso dos professores entrevistados pelo retorno afetivo, psicológico e até mesmo de saúde, proporcionado pelas crianças e adolescentes.

No que se refere ao momento de planejar e executar trabalhos pedagógicos, os professores entrevistados, mostraram-se confortáveis e confiantes em expor que mesmo quando chegaram para o desenvolvimento das primeiras atividades, ainda sem experiência neste ambiente, sentiram-se seguros, pois o apoio do corpo profissional permanente, composto por duas assistentes sociais e uma enfermeira, e aqui expomos que este efetivo pequeno sobrecarrega a rotina e o funcionamento da instituição, uma vez que torne-se necessário que todas as atividades propostas e exercidas tenham avaliação destas de forma minuciosa, além de exercerem demais funções que permitem o bom funcionamento da ala feminina.

Segundo os professores entrevistados, o corpo profissional efetivo esteve na realização de suas primeiras atividades acompanhando e sugerindo propostas de atividades, além de trabalharem em conjunto na delimitação de momentos de iniciação ao ambiente hospitalar. No entanto, é válido ressaltar que esta situação deixa evidente um contexto que não é difícil de descortinar de nossas visões, o da formação pedagógica para atuação nos sistemas tradicionais de Educação e o não amadurecimento do profissional para lidar com os diferentes contextos em que lhe é permitido o exercício do trabalho educativo. Uma vez que no decorrer do curso de graduação, não existe dentro da grade de disciplinas obrigatórias, alguma que permita o contato e o exercício de elaboração, execução e avaliação de atividades para contextos que diferem da escola comum.

Dos professores entrevistados durante as visitas, foi possível observar que o discurso dos mesmos, evidenciou o não trabalho formativo, durante o período em que estiveram inseridos na academia, para obtenção do título de pedagogos, com ênfase no exercício educacional em ambientes hospitalares, e que, esta não atividade formativa específica, prejudica o bom desenvolvimento das primeiras atividades educacionais nos espaços hospitalares, uma vez que estas atividades diferem das elaboradas para contextos comuns como, por exemplo, escolas públicas, fundações filantrópicas ou escolas particulares de ensino.

Salientamos que quando falamos em atividades educacionais em contexto hospitalar, nos referimos única e exclusivamente ao desenvolvimento de práticas pedagógicas nas classes hospitalares, e esta não deve vir imbuída da ideia trazida dos contextos e formas tradicionais

em que acontecem os processos formativos comuns, mais sim, das particularidades exigidas para o exercício de trabalhos recreativos, de cunho educativo, que consideram o ambiente hospitalar, a criança e o profissional da educação em questão. Dai então nossa justificava para trazermos acima, a descrição do não processo formativo para pedagogos, no que se refere a preparação para o exercício docente nas classes hospitalares.

Cabe, nesse ínterim, justificarmos que a variedade de fatores envolvidos e aqui dissertados que encontram-se nas classes hospitalares, justificam seu detalhamento, por estarem diretamente envolvidos as reais possibilidades de proporcionar ou não, o exercício pedagógico em contexto hospitalar, e por conseguinte, possui vínculos com a natureza da elaboração das atividades educacionais e da execução das mesmas, de forma que consideramos insuficiente, trazermos apenas discussões acerca, única e exclusivamente das atividades práticas, sem considerarmos o contexto formativo, prático e estrutural em que estas são desenvolvidas.

## **Conclusões**

Nossas considerações finais pautam-se principalmente na observação de que não existe a possibilidade da criação e execução de atividades pedagógicas inflexíveis, especialmente nas classes hospitalares, isto não é surpresa, visto que nenhum sistema educacional inflexível exerce-se plenamente e com satisfação, principalmente por parte dos que encontram-se na posição de aprendizes, no entanto, como citado acima, além da flexibilidade das propostas de atividade a serem realizadas neste contexto particular, observa-se a destreza, cuidado e por vezes, compaixão, não só pelo trabalho exercido, mais pelo prazer no acompanhamento da superação da criança. Nesse sentido observou-se que a Pedagogia Hospitalar exige uma prática pedagógica compreensiva e extremamente maleável que firme uma ponte com a criança, que se torna confiante nas suas potencialidades. Não dispensando a necessidade da atenção pedagógica firme e comprometida com os processos educativos que ali acontecem.

Válido ainda é ressaltar, que durante os meses de realização da pesquisa, averiguamos que o exercício das atividades recreativas/educativas, pautavam nos interesses profissionais coletivos dos que envolviam-se nestes processos, e não o acompanhamento de órgão públicos com competência para fiscalizar e financiar a existência com qualidade das classes hospitalares, evidenciando assim a fragilidade a generalidade da normativa legal brasileira, quando analisamos o cumprimento de direitos fundamentais e inerentes a qualquer sujeito.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados**. Resolução nº 41 de outubro de 1995. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id2178.htm>>. Acessado em 15 de fevereiro de 2018.. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC; SEESP, 1994.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ORTIZ, Leodi Conceição Meireles; FREITAS, Soraia Napoleão. **Classe hospitalar: caminhos pedagógicos entre saúde e educação**. Santa Maria: Ed.UFSM, 2005.

RODRIGUES, Karina Gomes. **Pedagogia Hospitalar: A formação do professor para atuar em contexto hospitalar**. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012.